

**EMENTA DE DISCIPLINA**

UNIDADE ACADEMICA: FAF/PPGCGP	DEPARTAMENTO: FAF/PPGCGP		
NOME DA DISCIPLINA FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO	TIPO	C. HORÁRIA	CRÉDITOS
	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA	30	2
	<input type="checkbox"/> ELETIVA		
NOME DO CURSO: MESTRADO PROFISSIONAL EM CONTROLADORIA E GESTÃO PÚBLICA	DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
	TIPO DE AULA	C. HORÁRIA	Nº CRÉDITOS
	TEÓRICA	30	2
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTROLADORIA E GESTÃO	PRÁTICA	-	-
	TOTAL	30	2
PRÉ-REQUISITOS:	<input type="checkbox"/> Disciplina do curso de mestrado acadêmico <input checked="" type="checkbox"/> Disciplina do curso de mestrado profissional <input type="checkbox"/> Disciplina do curso de Doutorado		
EMENTA Orçamento Público: Conceitos Básicos, Funções do Orçamento, Princípios Orçamentários, Receita e Despesa pública, Transparência Governamental e Controle Social; Fundamentos Legais do Orçamento Público: Constituição Federal de 1988, Lei 4320 de 1964, Decreto-Lei 200 de 1967, Lei Complementar 101 de 200 – Lei de Responsabilidade Federal, Lei Complementar 131 de 2009; Processo Orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Integração das Leis Orçamentárias; Orçamento Participativo: Controle Institucional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA <ul style="list-style-type: none">ANESSI Pessina, Eugenio; BARBERA, Carmela; SICILIA, Mariafrancesca; STECCOLINI, Ileana. Public sector budgeting: a European review of accounting and public management journals", Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 29, n. 3, p. 491-519, 2016. https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2013-1532. (A1 - ISSN 0951-3574)BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento – MTO 2018. Brasília, 2017.Creating Public Value with Tax and Spending Policies: The View from Public Economics. Public Administration Review, v. 74, n. 4, p. 519–526, 2014. DOI: 10.1111/puar.12162. (A1 –1540-6210)			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR <ul style="list-style-type: none">AQUINO, André C. Busanelli; AZEVEDO, R. Rocha. Restos a Pagar e Perda da Credibilidade Orçamentária. Revista de Administração Pública. Vol. 51, n. 4 Rio de Janeiro Jul/Ago. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612163584. (A2 - ISSN 0034-7612)BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2000.BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 2000.GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª edição. São Paulo: Atlas, 2017, 356 p._____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, 1964._____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, 1964.			